

A POLÍTICA DE INCLUSÃO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

THALITA MACIEL CAVALCANTE DE MELO (UFAC)
thalita.melo@ufac.br

FRANCISCA DO NASCIMENTO PEREIRA FILHA (UFAC)
francisca.filha@ufac.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O intuito deste texto é a apresentar o percurso e dados preliminares de uma pesquisa de mestrado ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Acre. O estudo analisa a política de inclusão de alunos da educação especial no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (CAp/Ufac), considerando o período de 2020 a 2024. A pesquisa insere-se no campo das políticas educacionais e parte do entendimento de que, apesar dos avanços legais no Brasil, a efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta diversos desafios no cotidiano das instituições escolares.

A problemática central da pesquisa busca compreender como as políticas de inclusão educacional vêm sendo implementadas no Colégio de Aplicação da Ufac, considerando os marcos normativos nacionais e institucionais que orientam essa política. O objetivo geral consiste em analisar a política de inclusão educacional de alunos da educação especial no referido colégio, identificando as normativas que orientam a inclusão e os limites presentes na implementação dessas políticas no contexto institucional.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, fundamentando-se em análise bibliográfica e documental. Entre as principais fontes documentais analisadas estão a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). O estudo fundamenta-se teoricamente em autores que discutem políticas educacionais e inclusão como Almeida (2009), Mantoan (2003), Bueno (1999), especialmente por meio da abordagem do ciclo de políticas (Bowe e Ball 1992), discutido no contexto brasileiro por Mainardes (2006). Essa perspectiva permite compreender as políticas educacionais a partir dos contextos de influência, produção de textos e prática.



A pesquisa insere-se no campo das políticas educacionais e adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo. O estudo vem sendo desenvolvido por meio de análise bibliográfica e documental, considerando legislações educacionais, documentos institucionais da Universidade Federal do Acre e produções acadêmicas relacionadas à educação especial e à inclusão educacional.

Como referencial teórico-metodológico, utiliza-se a abordagem do Ciclo de Políticas, formulada por Stephen J. Ball e colaboradores (1992), que compreende as políticas educacionais como processos dinâmicos e complexos que envolvem diferentes contextos inter-relacionados: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. No Brasil, essa abordagem tem sido amplamente discutida a partir das contribuições de Mainardes (2006), que destaca a importância de analisar as políticas educacionais considerando as disputas, interpretações e ressignificações que ocorrem no interior das instituições.

A partir dessa perspectiva analítica, a pesquisa vem buscando compreender como as políticas de inclusão educacional são produzidas, interpretadas e implementadas no contexto do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre. Estão sendo analisados documentos normativos nacionais e institucionais, tais como legislações educacionais, estatutos, regimentos e outras normativas que orientam as ações pedagógicas e administrativas da instituição.

DESENVOLVIMENTO

A inclusão educacional tem se consolidado, nas últimas décadas, como um dos principais eixos das políticas públicas educacionais no Brasil, especialmente no que se refere à garantia do direito à educação para estudantes da educação especial no ensino regular. A partir do processo de redemocratização do país e da promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida como direito social e dever do Estado, ampliando o debate sobre igualdade de oportunidades, acesso, permanência e aprendizagem para grupos historicamente excluídos do sistema educacional.

No campo normativo, diversos marcos legais contribuíram para a consolidação da educação inclusiva, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI nº



13.146/2015. Esses dispositivos reafirmam o direito das pessoas com deficiência à educação em sistemas educacionais inclusivos, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o acesso ao atendimento educacional especializado e aos recursos necessários para a participação no processo educativo. Entretanto, apesar dos avanços no plano legal e das diretrizes estabelecidas pelas políticas educacionais inclusivas, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos no cotidiano das instituições escolares. Questões relacionadas à formação docente, à organização pedagógica, às condições estruturais das escolas e à oferta de recursos de acessibilidade ainda constituem obstáculos para a efetivação da educação inclusiva.

Nesse contexto, como já apresentado, a presente pesquisa tem como locus de pesquisa, O Colégio de Aplicação da Ufac, constitui como unidade especial vinculada à Universidade Federal, responsável pela oferta de educação básica e pela realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, configurando-se também como espaço de formação docente e experimentação pedagógica.

Os dados da pesquisa a partir dos documentos analisados até o momento, revelam que no cotidiano institucional da escola tem presença de estudantes com diferentes necessidades educacionais, entre elas: Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual, surdez, baixa visão e outras condições que demandam estratégias pedagógicas específicas e políticas institucionais de apoio. Esse cenário evidencia a necessidade de organização pedagógica e institucional capaz de garantir condições adequadas de acesso, permanência e aprendizagem para esses estudantes.

Os dados também indicam que a política de inclusão educacional no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre encontra-se em processo de consolidação, acompanhando as diretrizes estabelecidas pelas políticas educacionais brasileiras voltadas à educação inclusive.

CONCLUSÕES

A partir dos dados até então analisados, observa-se que houve avanços no reconhecimento do direito à educação das pessoas com deficiência, especialmente no que se refere o ingresso desses estudantes ao ensino regular. Entretanto, a pesquisa evidencia que a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios importantes no âmbito



institucional. Portanto, embora os resultados iniciais do estudo, indicam que haja avanços normativos no campo da inclusão educacional, a pesquisa busca encontrar os desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados, à infraestrutura escolar e à consolidação de práticas pedagógicas inclusivas, o que denota que a efetivação da inclusão educacional requer ações institucionais articuladas, investimento em formação continuada e fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a garantia do direito à educação para todos.

Neste sentido, as conclusões iniciais da pesquisa, dão conta que no período de 2020 a 2024 ingressaram no CAP 51 alunos do Espectro Autista (TEA), 11 com Deficiência Intelectual (DI), 7 com Deficiência Múltipla, 5 com Deficiência Visual, 1 com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). No que se refere ao número de profissionais habilitados para assisti-los até o momento se identificou somente: 01 Interprete de Libras, 01 profissional de apoio Escolar um em cada ano e uma professora de AEE. Quanto aos espaços físicos adequados para receber este público, a Escola dispõe de uma sala de AEE equipada. No momento a pesquisa se encontra na fase de coleta e tratamento de documentos como atas, ofícios, normativas que identifiquem ações, intenções e práticas que possam subsidiar o entendimento da política de inclusão no cap. No entanto, se percebe que a inclusão educacional deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação das práticas pedagógicas e das estruturas institucionais, exigindo compromisso político e institucional com a garantia do direito à educação para todos.

4 – Referências

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. O discurso de inclusão nas políticas de educação superior (2003-2008). Campo Grande: UFMS, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.



BOWE, Richard; BALL, Stephen J. Ball; GOLD, Anne. *Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology* [Reformando a educação e mudando as escolas: estudos de caso em sociologia da política educacional]. London: Routledge, 1992.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 3, n. 5, p. 7–25, 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-65381999000100002>. Acesso em: 8 nov. 2025.

MAINARDES, Jefferson. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. Educação e Sociedade, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

